



Trabalhos Científicos

Título: Evolução Do Calendário De Vacinação Infantil No Brasil: Como Estamos?

Autores: CAMILA GONÇALVES DIAS PONZI (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA), CLARA BARTH DOS SANTOS MAGALHÃES (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA), BRUNA MAFFEI BERNARDES (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA), CAROLINE GIMENEZ COVATTI (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA), LETÍCIA FONSECA MACEDO (UEPA), BERNARDO RIVERA FERNANDES SEVERO (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA)

Resumo: INTRODUÇÃO: O calendário nacional de vacinação infantil (CNVI) é de suma importância. Para que seja efetivo, entretanto, ele deve ser dinâmico, adaptando-se à epidemiologia corrente. OBJETIVO: Analisar a evolução do calendário vacinal infantil brasileiro. MÉTODOS: Foi realizada uma revisão não sistemática de literatura relativa à evolução do CNVI brasileiro principalmente nos últimos 20 anos Utilizando as bases de dados PubMed, SCIELO, BIREME e protocolos do Ministério da Saúde. RESULTADOS: Ao longo dos anos, o CNVI sofreu inúmeras alterações, devido ao surgimento e gravidade de novas patologias. Em 2004 foram introduzidas quatro novas vacinas (Hepatite B, Tetravalente, Febre Amarela e Tríplice Viral), expandindo o primeiro Calendário Básico de Vacinação (1977), o qual trazia apenas quatro vacinas. Em 2006 foi incorporada a vacina oral contra rotavírus humano (VORH), um dos principais agentes etiológicos de diarreia na infância, que corresponde a um grave problema de saúde pública. Uma resolução de 2010 incluiu vacinas que devem ser administradas ainda no primeiro ano de vida: Pneumocócica 10-valente e a Meningocócica C, as quais são responsáveis pela prevenção de doenças potencialmente graves. Em 2013, foi introduzida a vacina para poliomelite inativada (VIP) além da substituição da vacina Tetravalente pela Pentavalente, a qual contém antígenos capazes de induzir a imunização a mais de um agente infeccioso, permitindo reduzir o número de injeções. Outra evolução para o calendário vacinal, foi a implementação de Campanhas Nacionais de Vacinação, como para Influenza, que deve ser administrada anualmente para crianças de 6 meses a menores de 2 anos de idade. CONCLUSÃO: Desde a criação, o CNVI sofreu consideráveis alterações. Dessa maneira, notamos a necessidade de que os esforços para melhorá-lo sejam sempre intensificados a fim de alcançar desfechos positivos para toda a população.